



PROCESSO	:	644420/2023
PRINCIPAL	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA
PROCEDENTE	:	DEBORA SIMONE SANTOS ROCHA FARIA
ASSUNTO	:	PEDIDO DE RESCISÃO

FONTE: Sistema Control-P

DESPACHO DO SECRETÁRIO

EXMO. RELATOR,
(Conselheiro Waldir Júlio Teis)

Tratam os autos de Pedido de Rescisão (Documento nº 287225/2023) do Acórdão nº 615/2021-TP (Documento nº 256326/2021 do Processo nº 88625/2016), que julgou irregulares as contas da Tomada de Contas Ordinária apuradas no Processo nº 88625/2016, que inicialmente foi instaurado como Representação de Natureza Externa (Documento nº 73795/2016 do Processo nº 88625/2016), pela qual a empresa Energisa Mato Grosso (Distribuidora de Energia S/A) comunicou possível irregularidade a esta Casa em desfavor da Prefeitura Municipal de Luciara em razão de inadimplência de faturas mensais de consumo de energia elétrica.

A petição (Pedido de Rescisão) foi interposta pelo senhor Fausto Aquino de Azambuja Filho, que alega (1) exclusão do Contrato nº 007/2018/DESC/ENERGISAMT (Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívidas, Parcelamento de Débitos e Outras Avenças) (fls. 50-52 do Documento nº 287225/2023) do cômputo de quantificação do dano ao erário; (2) quitação da dívida prevista sem incidência de juros, multa e correção; (3) inexistência de despesas não autorizadas; e (4) redução do quantum arbitrado a título de restituição ao erário municipal.

Os autos foram encaminhados a esta unidade para análise de mérito, após emissão de juízo positivo de admissibilidade (Julgamento Singular nº 140/WJT/2024, Documento nº 420850/2024), sendo concedido o efeito suspensivo, devidamente homologado pelo Acórdão nº 141/2024-PV (Documento nº 438773/2024).





No enfrentamento das alegações postas, a equipe responsável pela análise da petição instruiu os autos por meio de Relatório Técnico de Recurso (Documento nº 518549/2024), devidamente debatido e acolhido pelo Supervisor de Fiscalização (Documento nº 518669/2024); concluiu pela procedência parcial das argumentações apresentadas, e nessa linha, opinou pelo provimento parcial do Pedido de Rescisão.

No meu turno, alinhado ao encaminhamento proposto pela equipe técnica, sob a concordância da supervisão desta unidade, amparado nos termos do art. 13, I, da Resolução Normativa do TCE-MT nº 1/2022-TP, no comando do art. 378, *caput*, da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021-TP (RITCE-MT), manifesto pela tramitação dos autos ao Gabinete de Vossa Excelência para a sequência processual.

Cuiabá-MT, 20/09/2024.

ROBERTO CARLOS DE FIGUEIREDO
Secretário de Controle Externo de Recursos

